

Sobre organizadores textuais

1. O que são *organizadores textuais*?

São conhecidos os sete parâmetros da *textualidade*, propostos em Beaugrande 1980 e desenvolvidos em Beaugrande & Dressler 1981: por um lado, um conjunto de parâmetros associados a circunstâncias de produção e de recepção dos textos (*intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade*); por outro, *coesão e coerência*, entendidas como propriedades centradas no próprio texto¹.

Esta perspectiva – que constituiu, inequivocamente, um contributo fundamental para a descrição linguística dos textos – pode hoje ser retomada e desenvolvida em função de aspectos que têm entretanto sido sublinhados por outros autores. Interessa-nos aqui, em particular, tomar em consideração a noção de *plano de texto* – enquanto organização global: não se reduzindo a uma mera sucessão ordenada de frases (ou proposições), os textos envolvem blocos hierarquizados, ou sequências, que se dispõem numa determinada ordem e estão relacionadas com a elaboração macro-estrutural do sentido². Para além dos fenómenos de coesão frásica e interfrásica – vistos numa perspectiva de sequencialidade linear – haverá assim a considerar mecanismos de organização textual global, que designaremos como ***organizadores textuais*** (ou *marcadores de organização textual*).

Convém sublinhar que a expressão *organizadores textuais* é proposta em 1989 por uma equipa de linguistas suíços (Schneuwly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. 1989), no intuito de dar conta de aspectos da organização textual que, segundo os autores, o termo “conector” não permitia evidenciar:

Les organisateurs textuels sont considérés comme étant la trace privilégiée de certaines opérations langagières dépendant de la planification textuelle; il s'agit non seulement d'opérations de connexion, c'est-à-dire d'enchaînements de structures propositionnelles comme le suggère le terme "connecteurs", mais aussi d'opérations de segmentation du texte fonctionnant à différents niveaux du texte.³

¹ Cf. Beaugrande 1980 : 16-22

² Sobre a noção de plano de texto – que recupera e actualiza a *dispositio* da retórica antiga – pode consultar-se Adam 2002.

³ “Os organizadores textuais são considerados como marcas privilegiadas de determinadas operações da actividade da linguagem que dependem da planificação textual; não se trata apenas de operações de conexão, quer dizer, de encadeamento de estruturas proposicionais, como sugere o

Como se pode ver, os autores referidos consideram os conectores fundamentalmente associados a operações de conexão, enquanto os organizadores textuais assinalam operações de planificação textual, de conexão e de segmentação. Dez anos mais tarde, Jean-Michel Adam⁴ contribui para esta problemática assumindo que a conexão pode ser assegurada por *organizadores* e *conectores*. As duas categorias partilham a função de **delimitar unidades** que podem ter dimensões variáveis:

Ils [organisateurs et connecteurs] délimitent des unités en ouvrant ou en fermant des portions de textes depuis le niveau intrapropositionnel (dans le groupe nominal) jusqu'aux niveaux interpropositionnel (segmenter et lier des propositions) et textuel (segmenter et lier des pans de texte)⁵.

Para Jean-Michel Adam os conectores têm a particularidade, relativamente aos outros organizadores textuais, de marcarem uma orientação argumentativa – questão que será retomada à frente. De momento interessa sublinhar que falamos aqui de **organizadores textuais** como expressão hiperonímica relativamente a diferentes categorias de organizadores (incluindo os conectores); trata-se, em todos os casos, de processos que, segmentando unidades textuais e/ou indicando o tipo de relação a estabelecer entre diferentes unidades textuais, assinalam, de forma mais ou menos ostensiva, a organização global, ou plano do texto (que pode ser mais ou menos convencional).

2. Categorias de organizadores textuais

2.1. Organizadores enumerativos

2.1. Aditivos

Dentro da categoria geral dos organizadores enumerativos, os aditivos constituem unidades e subunidades textuais, sem aplicar qualquer princípio de ordem (como é o caso dos marcadores de integração linear). São exemplos de aditivos: *e, ou, também, igualmente*.

termo “conectores”, mas também de operações de segmentação que funcionam a diferentes níveis do texto”. Cf. Schneuwly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. 1989: 40.

⁴ Cf. Adam 1999: 58-59

⁵ “Eles [os organizadores textuais e os conectores] delimitam unidades abrindo ou fechando porções de texto desde o nível intraproposicional (no grupo nominal) até aos níveis interproposicional (segmentar e ligar proposições) e textual (segmentar e ligar blocos de texto).” Adam 1999: 59

2.2. Marcadores de integração linear

Tal como aparecem definidos em Turco & Coltier 1988, os chamados *marcadores de integração linear* (MIL) constituem sobretudo um factor de organização linear (como sugere a própria designação). De um modo mais específico, pode dizer-se que asseguram a abertura, continuidade e fecho de uma série.

(...) d'autres [morphèmes] enfin ("d'abord", "ensuite", "enfin") accompagnent l'énumération sans fournir de précision autre que le fait que le segment discursif qu'ils introduisent est à intégrer de façon linéaire dans la série.(...)⁶

Colocando-se explicitamente na sequência de Turco e Coltier, Adam e Revaz⁷ (num trabalho centrado sobre a sequência descritiva) salientam o que corresponde, em última análise, à função de organização textual desempenhada pelos marcadores de integração linear: a capacidade de criar unidades textuais e de as relacionar hierarquicamente. Dizem os autores:

(...), il semble bien que les M.I.L. [marqueurs d'intégration linéaire] servent à mettre de l'ordre dans un ensemble en segmentant le texte en PARTIES et **en introduisant parfois, au-delà du linéaire, des niveaux hiérarchiques.**⁸

Poder-se-á então dizer, em síntese, que os MIL estabelecem unidades textuais, explicitando as relações de ordem hierárquica, espacial ou temporal que as unem.

2.2. Introdutores de universo de discurso

A noção de introdutores de universo de discurso tem sido trabalhada por Michel Charolles – em particular Charolles 1988 e Charolles 1994. Trata-se de expressões que condicionam a validade de uma proposição, ou de um conjunto de proposições, explicitando as condições em que ela pode ser tomada como verdadeira. Na perspectiva do autor, os introdutores de universo de discurso (“em França,...”, “no século XII,...”, “para os gregos,...”) são um dos processos que configuram ‘domínios’ – isto é, porções de texto condicionadas a um determinado quadro, ou espaço, de interpretação; para além dos introdutores de universo de discurso, o autor aponta, como exemplos de expressões que iniciam domínios, fórmulas que

⁶ Cf. Turco & Coltier 1988 : 57

⁷ Cf. Adam & Revaz 1989

⁸ “(...) parece que os M.I.L. [marcadores de integração linear] servem para pôr ordem num conjunto segmentando o texto em PARTES e introduzindo por vezes, para além do linear, níveis hierárquicos.” Cf. Adam & Revaz 1989: 66 (sublinhado meu).

delegam a responsabilidade enunciativa (“segundo Y,...”), construções com verbos de opinião (*achar, pensar, considerar, ...*) e predicados criadores de mundo (*sonhar, ...*).

2.3. A anáfora

2.3.1. Expressões deícticas e expressões anafóricas

Numa perspectiva semântica, considera-se que *deixis* e anáfora constituem duas formas de construção de referência. No primeiro caso, a referência estabelece-se em função das coordenadas de pessoa, espaço e tempo que definem a situação de enunciação – respectivamente eu-tu, aqui e agora. Um título como “Estudantes do superior fazem hoje greve nacional” será sempre interpretável em função do presente de enunciação marcado pelos deícticos em ocorrência (advérbio de tempo e morfema de tempo integrado na flexão da forma verbal). No caso da anáfora, a referência estabelece-se por retoma de uma expressão já introduzida no texto, que constitui o antecedente da expressão anafórica (ou termo anafórico, ou anáfora). Um caso particular de anáfora é aquele em que o termo anafórico precede o antecedente – a que se dá o nome de catáfora. Na configuração anafórica típica, o termo anafórico não tem autonomia referencial (isto é, depende do termo antecedente para estabelecer referência); e o termo anafórico e o termo antecedente (qualquer que seja a posição em que ocorre) são correferenciais. Sem qualquer exaustividade sobre a descrição semântica do fenómeno anafórico, interessa aqui sublinhar um caso particular de anáfora pelo rendimento particular que lhe cabe, em termos textuais; trata-se da anáfora conceptual ou ‘anáfora-resumo’ (em francês, anáfora “résomptive”) – sobretudo apontada como nominal, mas que também pode ocorrer sob forma pronominal): “elle condense et resume le contenu d’une phrase, d’un paragraphe ou de tout un fragment de texte antérieur”. (Riegel, Pellat & Rioul 1994: 614).

2.3.2. Poderão as expressões deícticas e anafóricas ser consideradas como organizadores textuais?

2.3.2.1. Organizadores temporais e espaciais de carácter deíctico e anafórico

A questão colocada poderá ser respondida afirmativamente. Como se sabe, a categoria geral dos organizadores textuais inclui organizadores temporais e espaciais. Em função do

exposto anteriormente, compreender-se-á que uns e outros possam ter carácter deíctico ou anafórico – para além, ainda, do carácter autónomo.

2.3.2.2. O caso particular da anáfora

Um dos critérios associados à noção de *organizadores textuais*, na perspectiva de Schnewly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. 1989, é o de não fazerem parte integrante das estruturas proposicionais a que estão associados, ou que conectam. Deste ponto de vista, a resposta à questão atrás colocada será negativa. Com efeito, a anáfora não é normalmente incluída na categoria dos organizadores textuais – sendo sempre referida, no entanto, como um dos mecanismos que contribuem para a organização textual, na medida em que assegura a continuidade temática ou referencial. Importa a este propósito lembrar que os mesmos autores que definem o critério atrás referido consideram que a designação *organizadores textuais* tem vantagem relativamente à de conectores porque permite dar conta de operações de segmentação do texto (para além das operações de conexão mais evidenciadas pelo termo *conectores*). É deste ponto de vista que parece necessário, em última análise, reconhecer que a anáfora se pode comportar também como marcador de organização textual: ao mesmo tempo que assegura a coesão referencial (a retoma de objectos de discurso já introduzidos no texto), ela liga e segmenta unidades (e/ou subunidades) textuais, permitindo simultaneamente a progressão temática – através de **operações de resumo e reformulação da informação**.

2.4. Marcadores de sequencialização

Estes organizadores textuais são referidos por quase todos os autores – embora de forma dispersa e sob designações diferentes. Schnewly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. identificam um conjunto de organizadores que funcionam segundo princípios de estruturação do texto. Outros autores incluem nos marcadores de integração linear conclusivos ou nos marcadores de reformulação organizadores como “em resumo”, “para acabar”, etc. Michel Charolles dá um contributo significativo nesta matéria, através da noção de *sequência*, explicitamente relacionada com questões de segmentação textual:

Les séquences résultent du découpage du matériau discursif. Il y a création d'une séquence lorsque le sujet, par exemple écrivain, indique comment il fractionne son texte.⁹

De acordo com o que vem sendo exposto, as diferentes categorias de organizadores textuais contribuem para esta mesma função: fraccionar o texto e, simultaneamente, indicar a forma como o texto se fracciona. Admite-se no entanto que alguns organizadores textuais assumem um papel mais explícito – anunciando o princípio ou o fim de uma unidade, identificando-a pelo nome, reclassificando-a (por exemplo, “Esta introdução”, “Para concluir”, “Em resumo”). Designá-los-emos como *marcadores de sequencialização* (de acordo com a proposta defendida em Coutinho 2003).

2.5. Pontuação e outros mecanismos de segmentação gráfica

Poderá a pontuação ser tomada como marcador de organização textual – no caso de textos realizados na modalidade escrita?¹⁰ Em primeiro lugar, interessa sublinhar duas concepções de pontuação:

- a pontuação como processo de reconstituição, na modalidade escrita, dos fenómenos de entoação, na modalidade oral;
- a pontuação como processo que permite gerir a relação entre as representações cognitivas e a linearidade do texto.

Interessa-nos, em particular a segunda perspectiva – que pode ainda subdividir-se em duas possibilidades:

- pontuação sintagmática (que actua sobre o eixo horizontal): inclui a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula, os dois pontos; constitui um meio de “combater a disposição linear do texto, agrupando e/ou separando conteúdos, de acordo com a representação cognitiva que deles se tem;
- pontuação polifónica (que actua sobre o eixo horizontal): inclui sinais de ‘desdobramento enunciativo’ (“décrochage énonciatif”), como as aspas, os

⁹ “As sequências resultam do recorte do material discursivo. Há criação de uma sequência quando o sujeito – ao escrever, por exemplo – indica como fracciona o seu texto”. Cf. Charolles 1988: 9

¹⁰ Para os textos realizados na modalidade oral, serão os fenómenos prosódicos que poderão assumir funções de organização textual.

travessões e os parênteses, e sinais que marcam modulações, como o ponto de exclamação, o ponto de interrogação e as reticências

Compreender-se-á certamente que os sinais de pontuação sintagmática constituam organizadores – susceptíveis de delimitarem unidades e sub-unidades textuais (no sentido de ‘porções de texto’ dotadas de unidade macroestrutural). Note-se que, à lista de sinais de tipo sintagmático, convirá acrescentar o parágrafo e a alínea. Mas também os sinais de tipo polifónico (ou, pelo menos, alguns deles, em algumas circunstâncias) podem assumir essa mesma função de delimitação de unidades textuais: se os parênteses e os travessões permitem fazer ouvir “outras vozes”, essas vozes são muitas vezes comentários ou pontos de vista do produtor do texto, textualmente organizadas como (sub)unidades e dotadas de valores argumentativos específicos, mesmo na ausência de conectores – como valores de explicação ou de justificação, de exemplificação ou de particularização¹¹.

Em conclusão, podemos assumir que a pontuação assume claramente uma função de organização textual, tal como a sintetiza Adam:

Des plus bas niveaux jusqu’aux bornes du péritexte, elle [la ponctuation] fournit des instructions pour la construction du sens par **découpage et regroupement d’unités de complexité variable**. (sublinhado meu)¹²

Aos sinais convencionais de pontuação, interessa ainda acrescentar outros processos de segmentação gráfica – como títulos e intertítulos, numerações, espaços em branco, etc. – que correspondem igualmente a processos de delimitação de unidades.

2.6. Conectores

2.6.1. Dos conectores lógicos aos conectores das línguas naturais

A noção de conector releva, em primeiro lugar, do âmbito da lógica – especificamente, das lógicas clássicas de primeira ordem (lógica dos predicados e lógica das proposições). Foram identificados, neste contexto, os conectores de conjunção (&),

¹¹ Antecipando sobre a descrição do funcionamento argumentativo, que será feita no ponto seguinte, poderemos dizer que os valores de exemplificação e particularização correspondem, frequentemente, à apresentação de mais um argumento, isto é, ao reforço de uma mesma orientação argumentativa.

¹² “Dos níveis mais baixos até aos limites do peritexto, [a pontuação] fornece instruções para a construção do sentido **por recorte e agrupamento de unidades de complexidade variável**.” Adam 2002: 523 (sublinhado meu)

disjunção (V), condicionalidade (\rightarrow) e bicondicionalidade (\leftrightarrow)¹³. São estes comportamentos fixos que definem a operacionalidade dos conectores, em termos de cálculo proposicional: trata-se, então, de determinar o valor de verdade de uma proposição complexa a partir dos valores de verdade ou de falsidade das proposições simples conectadas¹⁴.

2.6.2. Conectores argumentativos

2.6.2.1. Caracterização geral

A tradição gramatical também identificou a função de ligação entre frases (ou entre proposições expressas por frases) – que atribuiu às conjunções¹⁵. Mas a descrição dos conectores numa perspectiva especificamente linguística desenvolveu-se sobretudo a partir de trabalhos de Oswald Ducrot (e da equipa a ele ligada) – podendo destacar-se, nesta matéria, a publicação de *Les mots du discours*, que data de 1980¹⁶. No primeiro capítulo – significativamente intitulado “Analyse de textes et linguistique de l'énonciation” – Ducrot lembra que os conectores lógicos articulam sempre dois segmentos que correspondem, também sempre, a proposições (imediatamente à esquerda e à direita do conector); a partir daqui, o autor mostra que em língua, pelo contrário, a relação de conexão não é automaticamente recuperável:

- as entidades semânticas conectadas podem ser de natureza diferente, isto é, podem corresponder a segmentos materiais do texto, a enunciações, a conteúdos implícitos ou, mesmo, a factos extralinguísticos;

¹³ Condicionalidade e bicondicionalidade podem também ser referidas como implicação e equivalência, respectivamente.

¹⁴ Cf. Lyons 1977

¹⁵ Na *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, editada pela primeira vez em 1539-1540, pode ler-se: “Básta saber que temos duas conjunções máis comuns. A ãa chamam copulativa, que **quer dizer ajuntador, porque ajunta as partes antre si**; e a outra, disjuntiva, a qual, máis pròpriamente, se deve chamar disjunçám que conjunçám, porque divide as pártes.” 355 (sublinhado meu). Séculos depois, dizem os autores da Nova Gramática do Português Contemporâneo: “*Conjunções* são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As conjunções que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de *coordenativas*. (...) Denominam-se subordinativas as conjunções que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra.” CUNHA & CINTRA 1984: 575

¹⁶ Cf. Ducrot et alii 1980.

- um mesmo movimento de conexão pode envolver mais do que duas entidades (por exemplo, a estrutura p MAS q envolve, além dos argumentos p e q, as conclusões implícitas que lhes estão associadas (respectivamente r e não-r);
- quando o conector articular segmentos materiais do texto, não é garantido que esses segmentos ocorram imediatamente à esquerda ou à direita do conector (no exemplo *O Pedro já chegou. De facto, o carro dele está ali estacionado. Mas não tens nada a ver com isso*, o antecedente do conector *mas* não é o segmento que o precede imediatamente, mas o que ocorre mais à esquerda¹⁷);
- a dimensão dos segmentos textuais conectados não é previsível à partida: como sublinha o próprio Ducrot, um conector pode articular parágrafos inteiros¹⁸.

Esclarecida esta questão, interessa sublinhar que o trabalho de Ducrot sobre conectores (linguísticos) se insere na perspectiva de “argumentação na língua” – que o mesmo autor desenvolveu, fundamentalmente, com Jean-Claude Anscombe¹⁹. Ao contrário de uma concepção largamente dominante, segundo a qual a informação seria a função principal da comunicação, a teoria da argumentação na língua assume a argumentação como actividade fundamental. Para se compreender este ponto de vista, ajudará lembrar que *argumentar* é diferente de *provar* (demonstrar a verdade de uma asserção) e de *deduzir* (recorrendo à dedução lógica como processo de validação): argumentar equivale a apresentar razões para uma determinada conclusão (sendo que, uma vez enunciadas, as razões constituem argumentos). Uma argumentação consiste, portanto, na relação entre um (ou mais) argumento(s) e uma conclusão. Vejam-se os termos dos próprios autores:

Pour nous en effet, un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé E_1 (ou un ensemble d’énoncés) comme destiné à en *faire admettre* un autre (ou un ensemble d’autres) E_2 .²⁰

Neste sentido, o carácter informativo de um enunciado como, por exemplo, “Está calor” será subordinado a uma intenção argumentativa: o enunciado em causa é apresentado como argumento para uma conclusão implícita (do tipo “Ficamos em casa”, ou “Não precisas de levar

¹⁷ Exemplo adaptado de Ducrot 1980: 17.

¹⁸ Cf. Ducrot 1980: 17.

¹⁹ Cf. Anscombe & Ducrot 1983.

²⁰ « Para nós, com efeito, um locutor realiza uma argumentação quando apresenta um enunciado E_1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros) E_2 ”. Cf. Anscombe & Ducrot 1983: 8

casaco”, ou outra²¹). A percepção de que as línguas dispõem de formas “especializadas” no estabelecimento e encadeamento de relações argumentativas foi ponto de partida para o desenvolvimento da teoria da argumentação na língua – que viria no entanto a assumir, de forma mais radical, que a argumentatividade está associada ao próprio léxico. Este último aspecto excede já o âmbito em que nos situamos – pelo que nos limitaremos aqui a expor algumas das noções fundamentais para a descrição dos **conectores argumentativos** – entendidos como morfemas (do tipo conjunção de coordenação ou de subordinação, advérbio, locução adverbial, etc.) que articulam dois ou mais enunciados, envolvidos numa mesma relação argumentativa²².

Como já atrás ficou dito, existe *relação argumentativa* entre dois enunciados quando um deles é apresentado como destinado a fazer admitir, ou justificar, o outro, o primeiro será *argumento*, o segundo *conclusão*. A relação argumentativa não se estabelece necessariamente entre enunciados: a conclusão pode estar implícita e pode haver recurso a argumentos de natureza não linguística. Por essa razão, a relação argumentativa não pode ser formulada em termos de enunciados, mas deve articular entidades mais abstractas:

valor de argumento – variáveis p, q
valor de conclusão – variável r
p, q, r – designam conteúdos semânticos associados a enunciados, a implícitos e a elementos do contexto

Uma análise sistemática dos conectores passará pela identificação de regularidades de funcionamento, tendo em conta dois critérios:

- a função argumentativa do enunciado introduzido pelo conector – sendo de distinguir conectores introdutores de argumento e conectores introdutores de conclusão;

²¹ Em Moeschler 1985, postula-se o princípio de acessibilidade da conclusão: quando implícita, a conclusão deve ser acessível, isto é, deve poder ser re-estabelecida pelo interlocutor através de elementos disponíveis no cotexto e/ou no contexto.

²² Seguimos aqui de perto Moeschler 1985: 46-67. Não daremos destaque à distinção entre *conectores argumentativos* e *operadores argumentativos* (uma vez que só os primeiros serão aqui objecto de análise); registre-se, no entanto, que um operador argumentativo corresponde a um morfema que, aplicado a um conteúdo, limita as possibilidades argumentativas desse mesmo conteúdo. (Exemplos: (1) Já são 11 horas. Despacha-te (1') Já são 11 horas? Temos tempo. (2) São só 11 horas. Temos tempo. (2') São só 11 horas? Despacha-te.)

- o número de constituintes envolvidos – estando em causa saber se há ou não interferência de um terceiro constituinte implícito (com função de argumento ou de conclusão).

Na medida em que serve uma determinada conclusão, um argumento possui uma *orientação argumentativa*. O valor de argumento de um enunciado (isto é, o facto de dever ser interpretado como argumento para uma conclusão), é determinado pela sua orientação argumentativa – podendo distinguir-se:

- *argumentos co-orientados*: quando são destinados a servir a mesma conclusão;
- *argumentos anti-orientados*: quando são destinados a servir conclusões inversas.

Para além da orientação, há ainda a considerar a *força argumentativa*: como veremos a seguir, dois enunciados anti-orientados apresentarão uma força argumentativa diferente, de modo a que um deles se sobreponha – e faça valer, portanto, a conclusão que serve.

Tendo em conta o enquadramento teórico que acaba de ser exposto, propõe-se em seguida a descrição de alguns conectores do português europeu contemporâneo.

2.6.2.2. Descrição de alguns conectores argumentativos

Como já atrás ficou dito, a função de **conector argumentativo** pode estar associada a diferentes categorias gramaticais – conjunções de coordenação, conjunções de subordinação, advérbios, expressões adverbiais e preposicionais. Note-se que, na recente edição da *Gramática da Língua Portuguesa*²³, e na sequência do que vem sendo assumido por outros autores, tanto para o português como para outras línguas, Gabriela Matos distingue conjunções de coordenação e conectores de coordenação: as primeiras correspondem às conjunções copulativas (*e, nem*), disjuntivas (*ou, ou...ou..., nem...nem..., ora...ora..., quer...quer...*) e adversativas (*mas, senão*); os segundos compreendem conectores contrastivos (*porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto*), explicativos (*pois, que, porque, porquanto*) e conclusivos (*logo, pois* – quando posposto, *assim, portanto, por isso, por conseguinte, por consequência*)²⁴. A distinção estabelecida tem a ver com o facto de os (agora chamados) conectores de coordenação não manifestarem todas as propriedades formais

²³ Cf. Mateus et al. 2003.

²⁴ Cf. Matos 2003: 565-574 (in Mateus et al 2003).

atribuídas às conjunções²⁵ – levando a análise efectuada, em cada um dos casos, à reconsideração da categoria gramatical:

- “Tendo em vista todas as propriedades que acabámos de referir, devemos concluir que os conectores contrastivos não são conjunções adversativas mas apenas **advérbios** de valor contrastivo” (pág. 572, sublinhado meu);
- “As propriedades acima assinaladas sugerem que os conectores explicativos devem ser caracterizados como **complementadores**, que introduzem frases subordinadas causais finitas.” (pág. 573, sublinhado meu);
- “Assim, os conectores conclusivos devem ser caracterizados não como conjunções mas como **expressões adverbiais ou preposicionais** que funcionam como adjuntos frásicos ou verbais com valor conclusivo.” (pág. 574, sublinhado meu).

A reclassificação categorial que mostram as passagens citadas aparece, no entanto, subordinada à classe dos *conectores* (conectores de coordenação, por oposição às conjunções de coordenação). A escolha do termo revela certamente a sensibilidade a questões que extravasam o âmbito da sintaxe, como atesta, de resto, o capítulo dedicado à organização textual (da responsabilidade de Inês Duarte)²⁶ – embora este mesmo capítulo não especifique a noção de *conector argumentativo*.

Na perspectiva que temos vindo a assumir, interessa sublinhar, uma vez mais, que a função de conector argumentativo pode ser realizada por diferentes categorias gramaticais. Inversamente, poderemos também dizer que uma mesma categoria gramatical tanto pode conter conectores como outras formas para as quais esse funcionamento não é relevante: por exemplo, a conjunção coordenativa adversativa *mas* é um conector argumentativo enquanto a conjunção coordenativa aditiva *e* é – como se verá à frente – um marcador de organização textual de tipo enumerativo aditivo (mas não um conector argumentativo). Deste ponto de vista, não se estranhará o carácter selectivo da descrição a seguir proposta – que não pretende ser exaustiva relativamente às categorias gramaticais envolvidas no funcionamento dos

²⁵ Assim, os chamados conectores contrastivos e conclusivos não ocorrem obrigatoriamente no início do termo coordenado e podem co-ocorrer com uma conjunção; além disso, os conectores contrastivos podem ocorrer no interior de uma frase subordinada, independentemente de qualquer função de coordenação. Os conectores explicativos, que têm um comportamento equivalente ao dos complementadores em construções de subordinação, só podem conectar frases e só são compatíveis com frases finitas. Cf. Duarte 2003: 565-574

²⁶ Cf. Duarte 2003

conectores, privilegiando-se antes o reconhecimento do funcionamento do conector (em função dos critérios atrás referidos) e a identificação de alguns dos valores mais frequentes, associados à função de argumento: valores de causa (ou explicação), de justificação²⁷, de oposição (contraste e concessão) e de confirmação.

Neste quadro, p e q são variáveis para argumentos, r para conclusão; os parênteses rectos assinalam conteúdos implícitos.		
O Luís atrasou-se	porque	perdeu o autocarro
r	PORQUE (POIS/JÁ QUE/ VISTO QUE/ ...)	p
Introdutor de argumento com valor causal (ou explicativo)		
O Luís atrasou-se	pois	não está cá o carro dele
r	POIS (PORQUE/...)	p
Introdutor de argumento com valor de justificação		
O Luís atrasou-se	portanto	vai perder o avião
p	PORTANTO (POR CONSEGUINTE/ POR ISSO/LOGO/ASSIM/...)	r
Introdutor de conclusão		
A Ana estuda	mas	é muito distraída
p ↓ ----- [r]	MAS (PORÉM/ CONTUDO/TODAVIA/NO ENTANTO/...)	q ↓ ----- [não – r]
Introdutor de argumento anti-orientado com valor de oposição - contraste		
Estava a chover,	no entanto	o Luís foi ao cinema
p ↓ ----- [r]	NO ENTANTO (PORÉM/CONTUDO/TODAVIA/MAS /...)	não – r
Introdutor de conclusão		
Apesar de Embora	estar a chover, chovesse,	o Luís foi ao cinema
APESAR DE EMBORA	p , ↓ ----- [r]	não – r
Introdutor de argumento anti-orientado com valor de oposição – concessão		
Estou muito cansada.	De facto,	trabalhei todo o dia.
r	EFFECTIVAMENTE, (DE FACTO, / COM EFEITO,)	p
Introdutor de argumento com valor de confirmação		

²⁷ Em termos muito sintéticos, dir-se-á que o valor causal está associado à relação entre factos enquanto o valor de justificação está associado a razões de dizer. Por exemplo: em a) *O Pedro atrasou-se porque perdeu o autocarro*, perder o autocarro constituiu causa para o facto de o Pedro se atrasar; enquanto em b) *O Pedro atrasou-se porque não vejo o carro dele*, o facto de não ver o carro dele é razão para se dizer que ele se atrasou (isto é, justifica o facto de se dizer que ele se atrasou).

3. Em vez de conclusão: um exercício de análise

Qualquer conclusão é provisória: mais haveria a dizer sobre a questão dos organizadores textuais. Mas tudo tem o seu espaço e o seu tempo. Vamos então partir para o que agora importa: a análise prática.

Tendo em conta o texto que a seguir se apresenta, proponha uma análise orientada em função da ocorrência de organizadores textuais: identifique os organizadores mais relevantes (admitindo que a análise não será exaustiva), refira a categoria a que pertencem, descreva o seu comportamento. Bom trabalho!

Público on line

Uma "Star" à Escala Portuguesa

Terça-feira, 19 de Junho de 2001

3 Durante os anos 90, Maria de Medeiros foi a actriz portuguesa com maior projecção internacional, embora pareça hoje evidente que esse nunca foi o seu objectivo principal. Afinal de contas, "Pulp Fiction" já foi há sete anos, e a carreira "hollywoodiana" bem sucedida que parecia ao seu alcance (antes, já houvera a participação em "Henry e June" de Philip Kaufman e em "Tentação de Vénus" de Istvan Szabo) ficou aparentemente em banho-maria. Em vez disso, Maria de Medeiros tem optado por uma série de escolhas inesperadas (nem todas felizes), entrando em filmes europeus de divulgação restrita – para não dizer praticamente nula.

9 Curiosamente, no contexto específico do cinema português, o percurso de Maria de Medeiros tem sido o oposto: se tudo começou no campo do mais irredutível "cinema de autor" ("Silvestre", de João César Monteiro, foi o filme que a revelou, em 1980), a plena popularidade de "star" à escala portuguesa só foi alcançada na década de 90, através da participação em sucessos de bilheteira como "Adão e Eva", de Joaquim Leitão. Como realizadora, Maria de Medeiros também parece apostada em mudar radicalmente de filme para filme: compare-se o "experimentalismo" austero de "A Morte do Príncipe" com a tentativa de aflorar o registo espectacular em "Capitães de Abril".

Luís Miguel Oliveira

Referências Bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. 1999. *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan

ADAM, Jean-Michel. 2002. « Connecteur », « Plan de texte » e « Segmentation graphique » in CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. 2002. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris : Seuil

ADAM, Jean-Michel & REVAZ, Françoise. 1989. "Aspects de la structuration du texte descriptif: les marqueurs d'énumération et de reformulation". *Langue Française* 81, 59-98

Alves, Marisa. 2002. « Os sinais de pontuação em produção textual”, Trabalho de seminário de Teoria do Texto, Mestrado em Linguística (não publicado)

Anscombe, J.-C. & Ducrot, O. 1983. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles-Liège : P. Mardaga éd.

Beaugrande, Robert de. 1980. *Text, Discourse and Process. Toward a Multidisciplinary Science of Texts*. London: Longman

Beaugrande, Robert de & Wolfgang Dressler. 1981. *Introduction to Text Linguistics*. Londres e N.Y. : Longman

Charolles, Michel. 1988. « Les plans d'organisation textuelle : périodes, chaînes, portées et séquences », *Pratiques* 57, 3-14

Charolles, Michel. 1994. «Les plans d'organisation du discours et leur interaction » in Moirand, S. et al. (eds). *Parcours linguistiques des discours spécialisés*. Berne : Peter Lang, 301-314

Coutinho, Maria Antónia. 2003. *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: FCG-FCT

Duarte, Inês. 2003. "Aspectos linguísticos da organização textual" in Mateus et al. 2003: 85-123 (cap. 5)

Ducrot, O. 1980. « Analyse de textes et linguistique de l'énonciation » in Ducrot et al. 1980 : 7- 56

Ducrot, O. et al. 1980. *Les mots du discours*. Paris : Les Editions de Minuit

Lyons, John.1977. *Semantics* 1. Cambridge: Cambridge University Press
Semântica 1. Lisboa: Editorial Presença

Mateus, M. H. M. et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa : Caminho

Matos, Gabriela. 2003. "Estruturas de coordenação" in Mateus et al. 2003: 549-592 (cap. 14)

Pratiques nº 70, 1991 (La ponctuation)

Sàágua, João. 2001. *Lógica para as humanidades*. Lisboa: Edições Colibri – Instituto de Filosofia da Linguagem

Schneuwly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. 1989. "Les organisateurs textuels dans quatre types de textes écrits (élèves de 10, 12 et 14 ans) », *Langue Française* 81, 40-58

Turco, Gilbert & Coltier, Danielle. 1988. "Des agents doubles de l'organisation textuelle: les marqueurs d'intégration linéaire". *Pratiques* 57, 57-79